

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quíelise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quíelise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 131.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 9 de agosto de 1973 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e David Federmann.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Aguiñaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domicio Scaramella, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Juiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados Hélio Manfrinato, Antônio Costa, Arthur de Souza e Emílio Carazzai (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 130-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 8-72, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que concede pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a Octacília de Andrade Belich. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 13, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 141-72. Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 132.ª Sessão Ordinária Realizada em 9 de agosto de 1973 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguiñaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados Hélio Manfrinato — Antônio Costa — Arthur de Souza e Emílio Carazzai (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM

6/73

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia de Convênio celebrado em 26 de junho de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) e a Universidade Federal do Paraná (UFP), objetivando a execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos de Ciências, em exercício no Estado do Paraná, com a interveniência da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná e do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura (DEF).

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

Curitiba, 3 de agosto de 1973

CONVENIO

Convênio celebrado entre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), a Universidade Federal do Paraná (UFP) e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná para execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos de Ciências, em exercício no Estado do Paraná, com a interveniência da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná e do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura (DEF).

O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, doravante designado como PREMEN, Órgão do Ministério da Educação e Cultura, instituído pelo Decreto 70.067, de 26 de janeiro de 1972, representado pelo seu Coordenador, Sr. Pery Porto, a Universidade Federal do Paraná, doravante designada como Universidade, representada pelo seu Magnífico Reitor Dr. Eduardo Correa Lima, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, representada pelo seu titular, Dr. Luiz Gabriel Sampaio, a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná, doravante designada Faculdade, com sede em Curitiba, representada por sua Diretora, Professora Zélia Milleo Pavão, como Órgão interveniente executor, e o Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura (DEF), representado por sua Diretora, Professora Eurides Brito da Silva, como interveniente.

CONSIDERANDO:

- 1) que elevado número de docentes de Ciências e Matemática em exercício nas escolas de 1.º grau está constituído por professores leigos;
- 2) que esses docentes se encontram de fato engajados profissionalmente na atividade do magistério como ocupação principal ou única;
- 3) que uma das componentes para a melhoria do ensino de Ciências e Matemática é a elevação dos padrões culturais, didáticos e pedagógicos desses professores leigos;
- 4) que a melhor forma encontrada para melhorar esses padrões sem afastar os professores de suas atividades docentes é a Licenciatura Parcelada;
- 5) que o Egrégio Conselho Federal de Educação, através do Parecer n.º 961/72, de 13.09.72, aprovou a modalidade de Licenciatura Parcelada que possibilita o aproveitamento de atividades desenvolvidas em serviço, para integralizar o tempo de duração da Licenciatura;
- 6) que o PREMEN, tendo em vista o mencionado Parecer n.º 961/72, submeteu ao mesmo Conselho os planos dessa Licenciatura Parcelada que foram aprovados pelo Parecer 1.481/72, de 15.12.1972;

FIRMAM o presente Convênio em que se estabelecem as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Caberá à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, através da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, ministrar um Curso de Licenciatura Parcelada para Professores Leigos de Ciências e Matemática, em exercício no Estado do Paraná, com duas turmas, num total de setenta (70) vagas, com início em julho de 1973.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Curso de que trata o presente Convênio, previsto no Parecer n.º 961/72 do Conselho Federal de Educação, obedecerá ao Plano de Licenciatura aprovado pelo mesmo Conselho através do Parecer n.º 1.481/72.

CLÁUSULA TERCEIRA

O recrutamento dos candidatos ao Curso será feito pela Secretaria de Educação e Cultura, atendendo, de preferência, à rede oficial de ensino.

CLÁUSULA QUARTA

A seleção dos candidatos será de inteira responsabilidade da UNIVERSIDADE, através de seus Órgãos competentes, devendo ser dada preferência aos candidatos situados na faixa de idade compreendida entre 22 anos completos a 40 incompletos.

CLÁUSULA QUINTA

A UNIVERSIDADE se compromete a manter uma equipe docente e administrativa para permanente assistência ao Curso.

CLÁUSULA SEXTA

A UNIVERSIDADE se obriga a apresentar ao PREMEN e à Secretaria de Educação, através da FACULDADE DE EDUCAÇÃO e da Coordenação do Curso, relatórios sobre o aproveitamento dos alunos após cada uma das sete (7) etapas da Licenciatura, de acordo com as "Diretrizes Gerais para os Cursos de Treinamento de Pessoal para o 1.º Grau" do PREMEN.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

O relatório final do Curso deverá conter uma análise crítica dos materiais utilizados durante todas as etapas da Licenciatura, especialmente naquelas em que os cursistas estiverem em serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA

Aos cursistas, dos quais se exigirá dedicação exclusiva ao Curso durante as etapas que envolvem atividades na UNIVERSIDADE, serão concedidas Bolsas de Estudo durante estas mesmas etapas.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA se compromete a liberar os cursistas que tenham vínculo funcional com a mesma, sem prejuízo de seus direitos e vantagens, para que possam cumprir o que preceitua esta Cláusula.

CLÁUSULA OITAVA

Caberá a Secretaria de Educação e Cultura o pagamento de uma parcela correspondente à sua participação neste Convênio, devendo os recursos correrem por conta do Elemento de Despesa 3.1.4.0 — Encargos Diversos Subitem 17 — Acordos e Convênios, do Código 3004. 0101. 2002 — Diretoria de Administração. Esses recursos serão utilizados na manutenção dos cursistas.

CLÁUSULA NONA

Os recursos provenientes da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, de que trata a Cláusula anterior, serão liberados dentro do seguinte Cronograma: Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros) em julho de 1973; Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros) em dezembro de 1973; Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) em junho de 1974 e Cr\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil cruzeiros) em dezembro de 1974.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Os recursos de que trata esta Cláusula, serão mantidos pela UNIVERSIDADE em conta especial junto à Agência do Banco do Brasil S.A. de Curitiba, Paraná.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Trinta (30) dias após o término das etapas 3, 5 e 7 do Curso, a UNIVERSIDADE prestará contas à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, dos recursos recebidos.

CLÁUSULA DÉCIMA

O PREMEN colocará à disposição da UNIVERSIDADE a importância de Cr\$ 414.412,00 (quatrocentos e quatorze mil e quatrocentos e doze cruzeiros), obedecendo ao seguinte cronograma de desembolso:

COTA	DATA DA LIBERAÇÃO	PARA ENCARGOS COM AS ETAPAS	Cr\$
1.º	junho 1973	1 e 2	124.480,00
2.º	Dezembro 1973	3	47.560,00
3.º	Março 1974	4	78.060,00
4.º	Junho 1974	5 e 6	112.948,00
5.º	Dezembro 1974	7	51.364,00

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Os recursos de que trata esta Cláusula deverão ser aplicados de acordo com o Anexo I, em despesas relacionadas com o Curso, bem como na aquisição de material e equipamento que serão incorporados ao patrimônio da UNIVERSIDADE ao término do Curso, devendo, no entanto, essa aquisição ficar condicionada aos objetivos do Curso e às exigências da melhor execução do respectivo planejamento didático e às normas estipuladas no Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.1967.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Para a execução do presente Convênio o PREMEN utilizará, em 1973, recursos do Projeto 5502.0902.1068-010-05 — Ensino de Ciências de Primeiro Grau, Elemento de Despesa 3.2.7.2-08. Para o restante dos custos do Convênio, serão utilizados recursos alocados nos futuros orçamentos do FNDE.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Os recursos de que trata esta Cláusula serão remetidos pela Comissão de Administração do PREMEN para a UNIVERSIDADE que os manterá em uma conta especial, distinta da prevista na Subcláusula Primeira da Cláusula Nona, junto à Agência do Banco do Brasil S.A. de Curitiba, Paraná, ficando especificamente vedada a retirada de quaisquer importâncias que não obedeçam a alocação de recursos prevista no Anexo I.

ANEXO I**CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O PREMEN, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ — ORÇAMENTO - PROGRAMA**

ETAPAS	1.a etapa julho/73	2.a etapa ago. a dez/73	3.a etapa jan. e fev/74
ELEMENTO DE DESPESA			
Coordenação e Administração	10.880,00	54.400,00	21.760,00
Aulas e Supervisão	9.600,00	11.520,00	16.800,00
Diárias	—	8.640,00	—
Transporte	—	1.440,00	—
Equipamento e Material Permanente	4.000,00	4.000,00	2.000,00
Material de Consumo	10.000,00	4.000,00	4.000,00
Encargos Diversos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Eventuais	2.000,00	2.000,00	2.000,00
TOTAL POR ETAPA	37.480,00	87.000,00	47.560,00
COTAS	124.480,00	47.560,00	

DO PARANÁ E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO

4.a etapa março a jun/74	5.a etapa julho/74	6.a etapa ago. a dez/74	7.a etapa jan. a fev/75	Total por Elemento
50.088,00	12.522,00	62.610,00	25.044,00	237.304,00
9.936,00	5.520,00	13.248,00	19.320,00	85.944,00
7.776,00	—	10.368,00	—	26.784,00
1.260,00	—	1.680,00	—	4.380,00
2.000,00	—	—	—	12.000,00
4.000,00	2.000,00	2.000,00	4.000,00	30.000,00
1.000,00	500,00	500,00	1.000,00	6.000,00
2.000,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00	12.000,00
78.060,00	21.542,00	91.406,00	51.364,00	414.412,00
78.060,00	112.948,00		51.364,00	

A Comissão de Constituição e Justiça.**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que, este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, que após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos desta data, um Voto de Congratulações e de Júbilo pela grata efeméride que registra a passagem do 18.º aniversário de fundação do Município de Goioerê, exemplo dignificante de progresso ditado pela capacidade criadora de seu povo, por sua tempera de trabalho e afirmação de amor à terra que projeta aos olhos do Paraná como alvo de admiração e respeito.

Menos de duas décadas e exemplificar o valor de uma gente dedicada a um labor fecundo, motivo de justo orgulho de nosso Estado, motivo de reconhecimento de seu civismo e de sua conscientização diante das lutas enfrentadas e a enfrentar.

O Paraná tem, em Goioerê uma expressão maiscula da retratação de sua fibra e pujança, o anúncio de uma destinação gloriosa e a premiar uma geração de bravos a serviço seu e do Brasil.

Seja, por tal efeito, enviado ao seu Prefeito, à sua Câmara Municipal, forças da representatividade popular, comunicação da honrosa deliberação adotada por esta Casa de Leis diante de tão auspicioso quanto sugestivo evento.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1973.

(a) Santos Lima

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário votos de congratulações ao Coritiba Futebol Club, pela brilhante campanha que acaba de efetuar ao sagrar-se Tri-Campeão Paranaense de Futebol.

Outrossim, solicita da decisão da Casa, dê-se ciência a Diretoria, jogadores e funcionários do Club, na pessoa de seu Presidente Sr. Evangelino da Costa Neves.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1973.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições Regimentais, Requer, após a anuência do Plenário, o envio de expediente aos responsáveis pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) pedindo rigorosas providências visando evitar o extravio de correspondências enviadas para o interior do Estado.

Conforme tivemos a oportunidade de constatar, nem sempre a correspondência chega às mãos do destinatário, sem razão justificável e nem mesmo é devolvida ao remetente. Isto vem comprovar uma condenável deficiência desta importante empresa pública. Até mesmo correspondência de órgãos públicos tem tomado rumo ignorado, criando transtornos tanto para os remetentes como também para os destinatários, principalmente quando se trata de envio de documentos, conforme já constatamos.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 451-73, do Senhor Manoel de Souza Ramos, Prefeito Municipal de Assis Chateaubriand, comunicando que em homenagem ao Pai da Aviação, foi dado a uma das ruas daquela cidade, o nome de Alberto Santos Dumont. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 333-73, do Senhor Diogenes Caetano dos Santos, Prefeito Municipal de Guaratuba, comunicando que em homenagem ao Pai da Aviação, foi dado a uma das ruas daquela cidade, o nome de Alberto Santos Dumont. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 187-73, do Senhor Sady Paivani, Prefeito Municipal de Nova Londrina, comunicando que em homenagem ao Pai da Aviação, foi dado à Praça pública localizada na Av. Londrina, o nome de Alberto Santos Dumont. — Ao conhecimento da Casa.

Em e n d a**ao Projeto de Lei n.º 113-73**

O Artigo 2.º passa a ter a seguinte redação:

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, até o montante de Cr\$ 300.000.000,00 — autorizado a dar as garantias ou contra-garantias estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo anterior, para contrair empréstimos ou obter financiamentos em moeda nacional.

Parágrafo único — A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com um ou vários mutuantes e em qualquer data, até que seja atingido o montante fixado no "caput" deste artigo.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1973.

a) Borsari Neto.

Justificativa

O Governo do Estado já está autorizado através da Lei n.º 6.357/72 de 07-12-72, a realizar operação de crédito, até um limite de Cr\$ 341.100.000,00 (trezentos e quarenta e um milhões e cem mil cruzeiros).

O Projeto de Lei n.º 113-73, autoriza o Governo do Estado a oferecer garantias somente para empréstimos externos;

As normas do Banco Central determinam o oferecimento, por parte do Estado, de garantias e contra-garantias, para a obtenção de empréstimos;

A Programação do Governo do Estado, principalmente, no setor saneamento, está exigindo a obtenção de empréstimos em órgãos internos;

A presente Emenda complementa o Projeto em questão ampliando as possibilidades do Governo do Estado na negociação de empréstimos externos ou internos.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 153-73.

O problema parece ser mais grave com as remessas feitas para Londrina, em cuja cidade recebemos reclamação de inúmeros cidadãos que aguardavam cartas entregues na Agência da EBCT de Curitiba e que, sem qualquer explicação, nada receberam, o que demonstra, claramente, a necessidade do serviço de entrega do Correio ser mais eficiente.

É de se esperar que seja dispensada atenção especial ao assunto ora comunicado, visando preservar o prestígio e a confiança do povo na EBCT.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

Transcorrendo amanhã, dia 10, o aniversário da Polícia Militar do Paraná, o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de regozijo e que do fato se dê conhecimento ao Comando e ao Estado Maior da P.M. de nosso Estado.

Ao longo do tempo, a Polícia Militar do Paraná, vem cumprindo as suas altas finalidades, garantindo a paz e a tranquilidade do povo paranaense.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado um expediente ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Cel. Mário Andreazza a título de sugestão, nos seguintes termos:

"A construção da estrada BR—487 que ligará as cidades de Ponta Grossa, Campo Mourão, Cruzeiro d'Oeste, Umuarama, Pontal do Tigre, no rio Paraná, que está no Plano de Obras do Ministério dos Transportes, a fim de atender e incorporar a referida rodovia, ao Corredor de Exportação, através do Pôrto de Paranaguá.

Tomo a liberdade de sugerir que a construção da referida rodovia seja iniciada o mais rápido possível e tendo o início da construção, partindo do Pontal do Tigre a Umuarama, que é constituído de um trecho de estrada com aproximadamente 60 km., estrada que não oferece condições de tráfego.

A referida sugestão é oportuna e em nada irá alterar o traçado da rodovia a ser construída, mas ao contrário, irá atender por antecipação a finalidade da rodovia, que é ligar o Sul de Mato Grosso com o Pôrto de Paranaguá e que, com a construção de apenas 60 km de asfalto, ligará Pontal do Tigre à PR—86, a qual liga Umuarama à Paranaguá embora em caráter provisório, até que seja construída a rodovia em seu traçado original que é Pontal do Tigre — Umuarama — Campo Mourão — Ponta Grossa — Paranaguá.

E para melhor esclarecimento, tenho a dizer que o Sul de Mato Grosso está ligado ao Paraná, através do Pôrto de Caiuá e a travessia de veículos por meio de uma Balsa que tem o seu funcionamento normal, através da rodovia que liga Pôrto Caiuá e Umuarama e que poderá perfeitamente atender em caráter provisório o tráfego de veículos que irá demandar de Mato Grosso ao Paraná. atraídos e incentivados pelo asfalto na barranca do rio Paraná.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1973.

(a) Marciano Maraniuk

"Senhor Presidente:

Considerando:

1 — que atualmente Santa Felicidade se constitui em notável ponto de atração turística no Estado do Paraná, sendo também local obrigatório de visitação dos turistas do Brasil e exterior que vem à Curitiba;

2 — que graças exclusivamente a ação da iniciativa privada Santa Felicidade ganhou projeção, através o funcionamento de mais de 20 restaurantes típicos, 3 fábricas de artesanato, além de outras atividades comerciais e industriais;

3 — que, fundado por colonizadores de origem italiana, residem em Santa Felicidade mais de 35 mil hospitaleiras pessoas que contribuem com parcelas de trabalho e sacrifício para o desenvolvimento do Estado e da Nação;

4 — que, infelizmente, apesar de sua importância política-econômica e em termos de indústria de turismo, muito ainda precisa ser feito como retribuição do Estado a fim de sanar inúmeros problemas de sua infra-estrutura, dentre os quais destacamos a necessidade urgente de implantação da rede de água e esgotos.

Isto posto, Requeiro, regimentalmente, o envio de expediente as autoridades abaixo mencionadas solicitando a adoção de providências específicas no seguinte sentido;

a — ao Diretor Presidente da Sanepar, requerendo prioridade na instalação do sistema de água e esgotos em Santa Felicidade, de conformidade com o plano de expansão da Companhia na Capital do Estado.

b — ao Diretor-Presidente da Paranatur solicitando estudo de viabilidade para a construção, em Santa Felicidade de prédio apropriado para congressos e convenções nos moldes dos existentes em alguns centros turísticos do Brasil e exterior, que tem como propósito principal a permanente presença de visitantes no local, mediante a elaboração de calendários promocional;

c — ao Secretário dos Transportes e ao Diretor do D.E.R., pedindo a realização de estudos para posterior execução pelo Estado, visando o asfaltamento da estrada que liga Santa Felicidade a Colônia Orleans. Esta via, além de atender inúmeros proprietários rurais que se dedicam a atividades orti-granjeiras, se constituirá, também, em mais uma importante ligação com a Rodovia do Café;

d — ao Secretário de Educação e Cultura pedindo maior atenção da Pasta a Santa Felicidade no que diz respeito ao setor de ensino, haja visto que nos últimos 8 anos, apesar excepcional índice de aumento da população e de progresso foram construídas, além, apenas o irrisório número de 3 salas de aula. Este simples fato, retrata o descaso com que este importante setor se encontra em abandono. É importante citar, também, que o principal grupo escolar em funcionamento em Santa Felicidade, com mais de 1000 alunos, não dispõe de água para os estudantes, pois o poço que atendia aos mesmos atingiu perigoso índice de poluição, não dispondo o estabelecimento igualmente, das higiênicas e indispensáveis instalações sanitárias;

e — ao Secretário de Saúde Pública requerendo a adoção de medidas visando o funcionamento em tempo integral do Posto de Saúde ali existente, com a permanente presença de médico, bem como estoque de medicamentos para distribuição à população menos favorecida.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1973

(a) Maurício Fruct

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 159-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, com Fundação de Direito Público, na forma prevista na Lei Federal n.º 5540, de 28 de novembro de 1968, e na Lei Estadual n.º 4978, Sistema Estadual de Ensino, de 5 de dezembro de 1964, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade e Município de Jaguariaíva, Pr.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento do estabelecimento de ensino com criação autorizada por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Cidade-polo da micro-região 7, onde se concentra uma população de cerca de 60.000 habitantes, contando com implantação de serviços públicos de infra-estrutura, principalmente energia elétrica, tele-comunicações, saneamento básico e vias de acesso aos grandes centros através da Rodovia do Café, resente-se, todavia, toda aquela região, da ausência de um curso de nível universitário, pois sem exceção, todos aqueles Municípios possuem Escola Normal, Escola de Comércio, Ginásio Estadual e Curso Científico, todos cursos de nível médio o que faz com que, pelo menos teoricamente, todos os alunos que os concluem — cerca de 450 anualmente —, estejam aptos aos cursos de nível superior. E aqui justamente é que verifica-se um caso estrangulamento de possibilidades à formação profissional daqueles estudantes, pois a realidade econômica de sua família não lhes permite deslocamento para os grandes centros urbanos para complementação educacional.

Entendemos, portanto, que a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade de Jaguariaíva, viria solucionar o problema que impede o acesso aos bancos acadêmicos de ponderável parcela da mocidade estudiosa da cidade e da região, ao mesmo tempo em que contribuiria para elevar, significativamente, o nível de ensino nos estabelecimentos de curso médio, pois os que fossem obtendo seus diplomas naturalmente incorporar-se-iam ao magistério regional.

Por outro lado, sendo certo que as redes Municipais de ensino da região sobrepõem em muito a rede estadual, entendemos que o Governo do Estado deveria retribuir o sacrifício das Prefeituras Municipais de modo que reconhecesse a dedicação que sempre dedicaram ao setor do ensino, ensinando-lhes a possibilidade de passarem a contar com uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o que, de resto, seria fator de desenvolvimento sócio-econômico cultural que reverteria em benefício do próprio Estado.

Os Nobres Deputados certamente concordarão com as considerações expostas e darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupamos à tribuna para o mesmo tempo em que comunicamos ter sido nesta data, através de decretos governamentais, regulamentada a Administração de Recursos Híbridos — ARH, e reestruturado o Departamento de Edificações e Obras Especiais — DEOE — deixar, através de nossos pronunciamentos, consignados nos Anais da Casa, os cumprimentos e os agradecimentos ao ilustre Governador em exercício, Deputado João Mansur, que muito bem soube interpretar a necessidade de serem baixados os decretos mencionados.

A Administração de Recursos Híbridos, na qual se transformou o Departamento de Águas e Energia Elétrica e que absorveu parcelas de atividades do Departamento de Águas e Esgotos através do Decreto 3.209, cometeu-se as atribuições de pesquisar as disponibilidades de recursos híbridos do Estado, de estabelecer a política de utilização dos recursos híbridos, de desenvolver estudos e pesquisas relativas à técnicas de tratamento de águas, controle de poluição, e de desenvolver estudos e pesquisas relativas à hidrologia.

O órgão embora atendendo suas finalidades, ressentia-se de uma regulamentação que permitisse inclusive reestruturação, relocação e contratação de pessoal especializado.

O Departamento de Edificações e Obras Especiais, por sua vez, desenvolvendo atividades de construções, reparos, melhorias e aquisições de bens imóveis além dos encargos inerentes ao problema de erosão urbana, também estava a exigir um novo dimensionamento estrutural.

Os Decretos 4089-93 hoje firmados, procuram atender os preceitos da política de desenvolvimento governamental aliada às determinações do Decreto Lei n.º 200, pois visam:

Reduzir as estruturas de pessoal dos órgãos, sem prejuízo de suas múltiplas atividades, através de planos salariais compatíveis com o mercado de trabalho; corrigir as distorções de classificações de cargos, funções e salários; desburocratização dos setores e aumento de produtividade; e melhorias da qualidade técnica e administrativa dos serviços.

Os benefícios que deverão advir dos decretos n.ºs 4089-93, cuja tramitação tivemos a satisfação de acompanhar, em nosso entender, justificam plenamente o fato de externarmos nosso reconhecimento, que também julgamos ser dos integrantes da ARH e DEOE, ao Governador João Mansur, ressaltando-se também a atenção e zelo que dedicaram ao encaminhamento da matéria os diretores dos dois órgãos e os titulares, Engenheiro Ivo Moreira e Osires S. Guimarães, respectivamente da Secretaria dos Negócios do Governo e da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Ninguém desconhece que no passado, o Aeroporto de Londrina já manteve uma posição de destaque em sua movimentação de aviões, galhardamente, ocupou o título de 3.º aeroporto de movimento do Brasil.

Hoje, lamentavelmente, pelas condições precárias em que se encontra o aeroporto está na iminência até de ver as suas atividades aéreas encerradas porque não oferece mais segurança de voo.

Na quinta feira passada, a convite do Nobre Vereador arenista Daniel

Gonçalves, o Comandante da Transbrasil, Sr. Omar Fontana, esteve na Câmara fazendo uma palestra. Palestra, com um convite que foi o mais objetivo, a fim de que justificasse o motivo pelo qual a Transbrasil deixara de operar no aeroporto de Londrina. O Sr. Comandante foi claro e incisivo, que a Companhia tomara aquela decisão contrária até aos próprios interesses, para não comprometer a segurança dos seus aparelhos e, porque, também, não ofereça o aeroporto aquela segurança aos passageiros que para lá se dirigem para Londrina, e para toda a região Norte Paranaense.

Sr. Presidente, as causas desta insegurança do aeroporto, é a falta de iluminação, balisamento, o capim tomou conta de grande parte da pista. Esta declaração e o pronunciamento também, como um aditivo à palestra realizada pelo Comandante Omar Fontana à Câmara Municipal de Londrina, fez com que oferecesse a Transbrasil, através de seu Presidente, passagem aérea às forças político-econômica empresarial da região e do Estado, para que fossem até o Ministro da Aeronáutica, Sr. Araripe de Macedo, a fim de que ele tomasse conhecimento das precárias condições do aeroporto de Londrina.

Por isso, Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tomando conhecimento disto e da suspensão dos vôos à jacto, e deste oferecimento e do perigo que está trazendo à segurança dos aviões e dos passageiros, o aeroporto da capital do café, nestas condições, é que nós apresentamos um Requerimento de aplauso ao pronunciamento do Presidente da Transbrasil e também ao Vereador Daniel Gonçalves, dando a nossa inteira solidariedade a esta campanha, procurando sensibilizar todas as camadas sociais, políticas e econômicas de Londrina e da região, para que o Ministro da Aeronáutica, tome conhecimento exato do que se passa com relação ao aeroporto de Londrina.

Sr. Presidente, o Requerimento que apresentamos é o seguinte: (Lê):

“Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, de acordo com o Regimento Interno, requer o envio de telegrama ao Presidente da Câmara Municipal de Londrina, Dr. Romeu Cury e ao Ministro da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo, nos seguintes termos:

“Assembléia Legislativa Paraná tomando conhecimento palestra proferida Presidente TRANSBRASIL Câmara Municipal Londrina e pronunciamento oportuno vereador Daniel Gonçalves mostrando quão grave é situação aeroporto Londrina, o qual outrora ostentou garboso título terceiro aeroporto movimentação Brasil, teve voos jato suspensos referida empresa falta balisamento iluminação aliados decasso, permitindo capim tome conta grande parte pista, vem mui respeitosamente presença Vossência solicitar urgentes providências sentido serem tais falhas imediatamente sanadas permitindo restabelecimento linha jato tão importantes rápida comunicação grande centros país”.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1973.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

O lamentável estado em que se encontra o Aeroporto de Londrina, faz com que seja necessário pronunciamento desta Assembléia, visando uma recuperação que permita ao mesmo tempo o aproveitamento que a região necessita”. Era só, Senhor Presidente. Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Houve uma transformação na estrutura do Departamento de Correios e Telégrafos que, com esta modificação passou, conforme todo o Brasil sabe, para Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O objetivo de transformar em Empresa Pública era exatamente, segundo o informe oficial, o de melhorar as condições de atendimento do Correio.

Hoje estamos verificando que nos Municípios onde o Correio não apresentava “superavit”, onde o seu funcionamento era deficitário, o Correio passou para a área do Município num convênio entre Prefeitura e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Uma despesa a mais se destinava aos Municípios, pois esse serviço até então era efetuado através de recursos federais.

No entanto, a esperança do povo era de que esta modificação viesse realmente melhorar os serviços, melhorar o atendimento dos Correios e Telégrafos em todo o Brasil.

Pudemos observar, Sr. Presidente, que em nosso caso, caso específico do Paraná, ao invés de melhorar o Correio parece ter piorado. O selo teve uma alta, talvez de mais de 500% em pouco tempo, o selo simples custando já quarenta centavos.

Vemos que o Correio continua a ser falho. O serviço de entrega de correspondência não funciona. Uma carta que normalmente se envia para o interior, nunca se pode ter a segurança de que esta carta vai ou não chegar às mãos do destinatário.

O caso tem atingido a Assembléia Legislativa onde sabemos que muitos Deputados enviam correspondência para o interior e quando se encontram com as pessoas a quem enviaram a correspondência, tomam conhecimento de que a mesma não chegou, tomou outro rumo, apesar do cidadão ter pago.

Assim, Sr. Presidente, vemos o Correio do Paraná enviando para um outro destino a correspondência, sem qualquer explicação, sem qualquer motivo que justifique o sumiço coletivo de correspondência.

Estamos encaminhando para a Presidência, para apreciação dos Deputados, um pedido ao Diretor do Correio e Telégrafo do Paraná, para que este serviço volte a funcionar cem por cento, a exemplo dos grandes países da Europa, onde não se admite uma falha do Correio. Se uma carta não chega ao destino o responsável acaba sendo punido, enquanto que em nosso Brasil, especialmente no Paraná, vemos que a carta pura e simplesmente não chega ao seu destino e o cidadão não tem a quem reclamar.

Como esta é a Casa do povo e estamos aqui representando as várias camadas da população, gostaríamos que houvesse uma melhoria, que fosse corrigido este serviço e nossa população pudesse voltar a ter confiança no Correio, pudesse depositar uma carta tendo a certeza de que não vai ser jogada no lixo, que vai chegar às mãos do destinatário.

Pedindo as providências, portanto, da Diretoria dos Correios e Telégrafos, estamos encaminhando este Requerimento e, se não for atendida a nossa solicitação, enviaremos posteriormente, a mesma comunicação ao próprio Ministério para que as autoridades ministeriais possam sentir que aqui no Paraná o povo paga por um serviço que não funciona. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lendo): “Relembro Dom Pedro I que por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil fez saber a todos os nossos súditos que em Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º — Criar-se-ão dois cursos de ciências jurídicas e sociais um na Cidade de São Paulo e outro na de Olinda.

11 de agosto de 1827, esta data marca a fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil; e se tornou, realmente, uma data festiva nos círculos Universitários e forenses do País, todos os anos merecidamente lembrada pelo nosso numeroso bacharelismo.

O 11 de agosto tornou-se nacionalmente o dia do advogado e também a data em que se comemora o aniversário do Centro Acadêmico Hugo Simas, hoje com 42 anos, do qual desde a sua fundação e ao longo de todos esses anos, participaram numerosas figuras ilustres de nosso Estado do Paraná.

Há mais de um século Toqueville observou que em todos os governos livres qualquer que seja sua forma encontram-se os advogados nos primeiros postos dos partidos. Com efeito a presença dos legistas no governo aquela época era tanto maior quanto mais alto o grau de civilização política.

No Brasil o retardamento com que surgiram as nossas Universidades fez com que recaísse sobre os cursos jurídicos quase com exclusividade a tarefa da preparação dos aspirantes às responsabilidades da vida pública.

Isso explica porque durante cerca de 100 anos o governo do Brasil foi predominantemente ocupado pelos bachareis. No segundo reinado raro terá sido o Presidente de Conselho de Ministro de Estado que não ostentasse diploma expedido pela Faculdade de São Paulo ou pela de Recife. Durante o primeiro meio século da República essa situação não sofreu modificação sensível: para três presidentes militares tivemos dez oriundos dos dois cursos de Direito criados em 1927.

Não se pretende com isso, que os legistas sejam necessariamente os governantes ideais, nem que o Diploma Jurídico garanta ao portador qualificação prioritária para o exercício do governo.

Ressalta-se, apenas, o fato incontroverso de que, por longo tempo o Brasil foi conduzido por homens públicos que, para esse encargo, tiveram como preparação básica o estudo do Direito e a experiência da vida forense.

Repetimos palavras do Ilustre Ministro Aliomar Baleeiro: “Os que fundaram este País inevitavelmente tiveram que usar violência. Enfrentaram e venceram o corsário, o pirata, as feras, as endemias e os abusos de autoridades. Tudo isso exigia violência. No século XIX, a Ascensão social do Bacharel, a sua elevação aos cargos do governo trouxe não só um clima de liberdade mas também um dos maiores bens da humanidade, que é a tolerância. A famosa cordialidade e a inclinação à concórdia que caracterizam o espírito político brasileiro, devem ser creditados ao bacharel!!

Só nos resta desejar que tal sistema volte a existir em nosso País”.

Isto posto, sr. Presidente, srs. Deputados, encaminhamos à Mesa dois Requerimentos que contamos com a co-autoria do eminente Deputado Iris Caldart, redigido nos seguintes termos: (Lê requerimentos).

“Senhor Presidente:

Requeiro a Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Regozijo pela passagem, no próximo dia 11 de agosto, do 42.º aniversário de Fundação do Centro Acadêmico Hugo Simas.

Fundado em 11 de agosto de 1931 o C.A.H.S. é o único órgão oficial de coordenação e representação geral do corpo discente da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, de conformidade com os Decretos n.ºs 37.613 e 38.737, de 19 de julho de 1955 e de 30 de janeiro de 1956.

Através de sua existência, o Centro Acadêmico Hugo Simas, sempre marcou sua presença, refletindo, em nome de seus associados uma permanente posição de defesa dos fundamentais princípios de direito, nunca abdicando sua condição de independência e de liberdade, fato que coloca a entidade em projeção nas mais diferentes camadas sociais do Estado.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à Diretoria do C.A.H.S., na pessoa de seu presidente.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1973.

a) Maurício Fruet.

a) Iris Caldart”.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — que, em comemoração a fundação dos cursos jurídicos do País, ocorrido em 11 de agosto de 1827, em São Paulo e em Olinda, a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná — promoverá festividades alusivas a data, programando uma série de conferências;

2 — a importância da data pela expressiva contribuição prestada pelos legistas na permanente busca, em nosso País, pela consolidação de um Estado de direito onde prevaleçam os princípios de justiça que devem nortear a vida de cada cidadão;

3 — as inúmeras contribuições prestadas por eminentes juristas, que ocupando cargos de expressão na vida da Nação prepararam os aspirantes ao exercício da função pública.

Requeremos a Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje um voto de regozijo pela passagem, no próximo dia 11 do corrente do 146.º aniversário de fundação dos cursos jurídicos no País, e aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa a Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Paraná na pessoa do seu Presidente Dr. Elío Narézi.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1973.

(aa) Maurício Fruet

Iris Caldart.

Eram essas as observações e Requerimentos que encaminho à Mesa neste instante, para que conste dos Anais desta Assembléia Legislativa e me permitam também os srs. Deputados a leitura da Carta firmada em Aracaju, pelos vereadores do MDB que participaram do Congresso realizado naquela Capital e que vem vasada nos seguintes termos: (Lê):

CARTA DE ARACAJU

Os Vereadores do Movimento Democrático Brasileiro, participantes do VIII Encontro Nacional de Vereadores, que ora se realiza em Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, conscientes das suas responsabilidades perante as Comunidades Municipais que representam, que, no conjunto constituem a Nação brasileira, decidem, por dever de nacionalidade dirigir-se ao povo brasileiro para reafirmar os princípios democráticos que inspiram o Partido Político a que pertencem e, ao mesmo tempo, reiterar a disposição de continuar lutando pela União Nacional, em torno dos seguintes princípios:

1 — Imediata revogação do Ato Institucional n.º 5, fim de que a Nação reconquiste a plenitude do regime democrático e consequentemente:

- a) — independência e harmonia dos poderes constituídos, sobretudo quanto à restauração das prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo e do Judiciário;
- b) — Eleições livres, mediante sufrágio universal e voto direto e secreto para todos os cargos eletivos;
- c) — primado dos direitos e garantias individuais, com a ampla restauração do instituto do "habeas-corpus" e predominância do mandamento constitucional que veda a censura à livre manifestação do pensamento através dos meios de comunicação, notadamente o jornal, o rádio e a televisão;
- d) — revogação do Decreto n.º 477, de forma a possibilitar a participação da juventude no processo político brasileiro;
- e) — anistia política geral, como medida essencial para a pacificação da união do povo brasileiro;

- f) — autonomia política e administrativa dos Municípios, devolvendo-se ao povo o direito de livre escolha dos prefeitos;
- g) — participação dos Municípios de área metropolitana em seus órgãos administrativos;

h) — extinção do voto vinculado, a fim de que o povo escolha livremente os seus candidatos;

i) — fim das sublegendas, para garantir a autenticidade político-partidária na formação das representações parlamentares;

j) — liberdade de reunião e de associação sindical.

II — Adoção de uma política interna que assegure:

- a) — justa distribuição da renda nacional, para converter o homem brasileiro no objetivo fundamental do desenvolvimento econômico e social, inclusive com salário-mínimo justo e real em todo o território nacional;
- b) — defesa da indústria nacional e subordinação do capital estrangeiro aos sagrados interesses de nosso País;
- c) — incentivo à pequena e média indústrias nacionais, para protegê-las dos tentáculos de conglomerados multinacionais;
- d) — resguardo total da PETROBRAS em todos os seus ramos de atividade, inclusive a distribuição dos derivados de petróleo;
- e) — revisão da lei de remessa de lucros, para a salvaguarda dos interesses nacionais;

f) — reforma agrária justa e real, para integrar o homem do campo no processo do desenvolvimento brasileiro;

g) — justa remuneração do trabalho em todos os setores da atividade humana, inclusive dos Vereadores de todos os Municípios do País.

III — Incentivo do Poder Público a todos aqueles que desejam estudar e não reúnem condições para tanto.

Os Vereadores do Movimento Democrático Brasileiro, convictos de que os princípios acima não apenas lhes pertencem, mas sobretudo ao povo brasileiro, hipotecam à Pátria toda a solidariedade em sua luta de independência política e econômica, que haverá de garantir-lhe o destino da justiça e de glória perante o Mundo.

Aracaju, 3 de agosto de 1973.

Era esta. Srs. Deputados a comunicação que desejávamos fazer a esta Casa na tarde de hoje, para que conste dos seus Anais e para que realmente o povo paranaense tome conhecimento dessa posição adotada em Aracaju, que afeta, de um lado uma ponderável parcela de inúmeros Vereadores de nosso Estado que lá esteve presente, mas que afeta sobretudo o pensamento e a união da classe política brasileira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, devidamente inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e srs. Deputados, como Deputado representando uma região essencialmente agrícola e uma região das maiores produtoras de café, não poderia deixar de passar por esta Tribuna, para marcar a nossa posição, embora já tenha ouvido pronunciamentos de eminentes Deputados que por aqui passaram manifestando-se contrários à importação de café africano.

Srs. Deputados, hoje estará reunida em Londrina, às 16,00 horas, a Associação Paranaense dos Cafeicultores, quando pretendo essa Associação fazer o seu último manifesto e o seu último apelo com referência à nossa cafeicultura.

Recebi uma comunicação do Presidente da Associação Paranaense dos Cafeicultores que diz no seu trabalho aqui encaminhado, que a última esperança dos cafeicultores é o Serviço Nacional de Informação.

Permitam-me, srs. Deputados, que leve ao conhecimento desta Casa algumas observações feitas, e até pesadas, porém se vamos aqui analisar, é para discordar de uma nota dada pelo Presidente do IBC que não nos contenta.

Diz o Presidente da Associação Paranaense dos Cafeicultores: "O apelo dos cafeicultores dirigido ao SNI constitui a última esperança para a sobrevivência do café".

Afirmou ontem o Presidente da Associação dos Cafeicultores, Dr. Justino Araújo Vilela, explicando os motivos que levaram a entidade a telegrafar ao SNI, apontando os erros do Instituto Brasileiro do Café. O Diretor da APAC justifica a sua atitude, com a informação de que o IBC jamais quis diálogo com a cafeicultura e que não há nenhum representante de nosso Estado naquela autarquia, apesar do Paraná ser o maior produtor brasileiro de café.

"A política para o novo plantio do café no Paraná está fracassada e desafiámos o IBC a provar o contrário, com dados concretos fornecidos pelo Banco do Brasil e Banco do Estado".

E prosseguiu:

"A desistência dos contratos é enorme, o volume de cancelamentos é impressionante, a diminuição de áreas de plantações de café é uma realidade".

Nós já fizemos o pronunciamento quando se iniciou este financiamento para o plantio do café. E ainda no ano passado dizendo que financiamento feito, aventureiro, que procurava áreas não apropriadas para o plantio do café e que isso não traria resultado positivo.

Está aqui agora esta denúncia que está sendo feita, que é a observação que eu estou fazendo da contestação apresentada pelo Presidente do IBC publicada no "Estado de São Paulo" de 27 de julho de 1973.

"IBC não autorizou a compra de robusta às autoridades cafeeira. Consideram descabidas as acusações feitas pelo Presidente da Associação dos Cafeicultores do Paraná contra a importação do café africano". Simplesmente porque tal operação não foi autorizada nem sequer cogitada pelo IBC, segundo as mesmas fontes. Esclareceram que a aquisição de 4 milhões de sacas de café robusta proveniente dos países africanos, foi apenas uma hipótese admitida por um industrial de café solúvel em conferência recentemente pronunciada em Belo Horizonte, não constituindo uma decisão do Governo ou de qualquer escalão do IBC.

A possibilidade de importação do café, segundo técnicos do setor, dependerá da eliminação da alíquota "Ad-valorem" de 60%, incidente sobre o preço

da importação. A medida é da alçada do Conselho de Política Aduaneira e poderia ser adotado caso haja recomendações por parte de órgãos encarregados da política cafeeira. É esta a observação, sr. Presidente e srs. Deputados que fazemos neste momento.

Porque quando vem o Presidente do IBC, ostentar uma declaração feita pelo Presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores, ele diz que é de atribuição exclusiva, e da alçada do Conselho de Política Aduaneira e que poderia ser adotada caso haja recomendação por parte dos órgãos encarregados da política cafeeira.

Qual o pronunciamento feito pelo Presidente do IBC? Afinal de contas, ele está a favor da importação ou não está a favor da importação. E o Presidente do IBC teria por obrigação, fazer uma publicação alegando que estava a favor ou contra. Que esta importação do café não traria nenhum prejuízo ao nosso País, que não traria, inclusive nenhuma praga mais para nossas lavouras. Era o que nós queríamos ouvir do Sr. Presidente do IBC. Há questão de vinte dias, na cidade de Jandaia do Sul, numa reunião feita com representantes do IBC e da ACARPA, orientando os lavradores no combate à ferrugem, inclusive com várias explicações e as causas, com apresentação de "Slides" e eu não vi ali, nenhuma recomendação, e qual o atendimento dado pelo IBC, com fornecimento de máquinas e orientações. Orientações à altura, para que aqueles cafeicultores pudessem sair de lá um pouco mais tranquilos.

Muitas vezes eles saem das reuniões ainda mais preocupados. Porque, fazendo a conta de toda aquelas máquinas que devem adquirir, fazendo a conta dos inseticidas, o cafeicultor chega à conclusão de que não terá realmente condições, e parte então para a eliminação completa do café. Vão fazer a erradicação, plantando soja como muito bem acabou de exemplificar e esclarecer, o nobre Deputado Paulo Poli, sem saber também qual o rumo que deverá tomar em relação ao soja, sem qualquer orientação. Era isso o que precisamos, srs. Deputados. É pois o apelo que fazemos ao Sr. Presidente do IBC neste momento. O que precisamos é presença do IBC. Quando da solicitação do nobre Deputado Olavo Ferreira, pela extinção do IBC, dizia eu ser contrário àquela proposição, e continuo ainda contrário à extinção do IBC.

Mas é preciso que o Instituto Brasileiro do Café prove ao agricultor, prove ao povo e ao Brasil que está prestando ao nosso País, um serviço de utilidade. É pois neste momento que fazemos um apelo para que o IBC se pronuncie.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para dizer a V. Exa. Nobre Deputado Gilberto Carvalho, que a Associação Paranaense dos Cafeicultores está hoje reunida na cidade de Maringá. Uma das reuniões que considero mais importantes.

Realmente o esforço que faz a APAC para colaborar na política cafeeira brasileira, sentindo como ele tem sentido bem de perto, como sente toda a cafeicultura, a gravidade do problema; e da quase extinção da cafeicultura do Brasil.

V. Exa. vem com o seu pronunciamento fazer mais um alerta às autoridades cafeeiras do país, para que realmente dêem aquela atenção que necessária se faz a este produto que muito representa para a nossa economia.

V. Exa. afirma que o Presidente do IBC refuta a APAC, dizendo que não importa café da África. Perdoe-me S. Exa. o Presidente, eu duvido da sua palavra, porque quase tenho certeza de que houve importação de café da África, o que é lamentável ter que dizer isto. Mas, o que eu acho mais grave, é que quando dissemos aqui e gostaria de melhores esclarecimentos, da extinção do IBC, a nossa preocupação era mais uma modificação da estrutura do IBC, tanto que V. Exa. está dizendo é uma maior presença do IBC, já que ele existe, porque foi criado com uma finalidade precípua de assistência direta ao cafeicultor, o que estamos verificando, não cumpre com suas finalidades. Mas com a mudança desta estrutura do IBC, que poderia ser denominada como bem entendesse, a sigla não nos importa, absolutamente, nós poderíamos ter como consequência disso, aquele atendimento que a cafeicultura espera. Porque quem vende, quem exporta o café a 660 cruzeiros a saca e compra a 285 cruzeiros no interior, parece que recursos suficientes para um atendimento honesto, justo à cafeicultura. Então este plano todo, de longo plantio de café que se anuncia que fazem questão de cantar em prosa e em verso, deixando os existentes e que produzem em completo abandono, é que nós não compreendemos. Que se plantem novos cafés, mas que se cuide dos existentes.

Portanto, V. Exa. faz bem quando sobe à Tribuna e juntamente com este apelo, esta advertência, séria, criteriosa que faz à Associação Paranaense dos Cafeicultores, que chega ao ponto de ir aos órgãos de segurança nacional pedindo que eles se sensibilizem com este grande problema que preocupa seriamente e que afetará no futuro, seriamente, a economia nacional.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado. Nobre Deputado.

O seu aparte, com o conhecimento que tem sobre o assunto, só vem enriquecer o nosso pronunciamento nesta tarde de hoje. Na realidade o que é preciso é que haja incentivo para a reforma dos nossos cafeais, para mais plantio; mas um plantio bem orientado e principalmente emprando todo apoio aos verdadeiros cafeicultores, aqueles que conhecem a sua missão na lavoura, não aos aventureiros que plantam para dizer em números de pés de café que estão plantando, sem saber o que tem.

Foi com alegria que eu recebi a notícia quando se iniciava a instalação da indústria do café solúvel.

Pensava comigo que o nosso País teria condições de plantar ainda mais café, porque vendendo o nosso produto já industrializado poderia ter maior preço, poderia haver maior incentivo ao cafeicultor. Mas o que assistimos é o contrário e essa indústria de café solúvel contribuindo também para desestímulo ao cafeicultor, como pudemos anotar nesta comunicação. O produto importado destinado praticamente à indústria de café solúvel porque o café robusta proporciona maior índice de extração que o arábica. Para uma saca de café solúvel são necessárias duas e meia de robusta e três de arábica.

Vemos que o interesse é valorizar, ajudar ainda mais as Companhias de Café solúvel e se assim partir o Governo daqui a algum tempo teremos que importar todos os cafés para dar sobrevivência à indústria de café solúvel.

É preciso que o Governo tome uma medida com urgência, que o IBC cumpra com seu dever, incentivando, orientando nossos cafeicultores, estimulando-os, dando condições para que nosso País continue ainda o maior produtor de café.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado João Fadel, cons-

mos pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.05.73

aa) — **Quielise C. da Silva** — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

João Fadel — Vencido

Alvaro Dias

tante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda ao Projeto de Lei n.º 113-73, de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Será anexada ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154-71, de autoria do Dep. Armando Queiroz de Moraes, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual "Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz", do Município de Terra Boa, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 217-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, ex-emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, adita redação que especifica, ao número 11, do Artigo 56 do referido Projeto de Lei. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO. — **Aprovado, pelo Substitutivo.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109-73, de autoria do Dep. Antônio F. F. da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Guaraniaguá, 6 (seis) tratores na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50-73, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Maria Araújo Maia, viúva de ex-Membro da Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 49-73, encaminhando anteprojeto de lei que isenta do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110-73, de autoria do Dep. Antônio F. F. da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Morretes, 3 (três) tratores e 3 (três) grades hidráulicas de 3 pontos, na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 50-73, que encaminha anteprojeto de lei que objetiva acrescentar dispositivos ao artigo 3.º da Lei n.º 6.210, de 2-8-71. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação a Emenda apresentada ao Projeto, de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto. — **Aprovado. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá, um Curso de Jornalismo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 108-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado através da Secretaria de Educação e Cultura, a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá, um curso de Jornalismo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) — **Jorge Sato**

JUSTIFICATIVA: — O presente plano de lei visa atender aos reclamos da mocidade estudantil da própria cidade de Maringá.

Considerando a importância que a Universidade Estadual de Maringá representa para o progresso da região, concluímos que a criação de um curso de Jornalismo aprimorará o nível cultural daquela fabulosa região do norte do Paraná.

Estas são as razões que nos levaram a apresentação deste Projeto de Lei, para o qual contamos com o apoio e a aprovação dos Nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Dep. Jorge Sato

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação e Cultura, a criar um curso de Jornalismo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá.

PARECER

1. — O Projeto de Lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Jorge Sato foi apresentado obedecendo aos requisitos disposto pelo Regimento Interno desta Casa.

2. — No que diz respeito a dispositivos de ordem constitucional e legal, não há qualquer óbice que se lhe possa antepor.

3. — Sendo oportuno o projeto, resta-nos opinar pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 108-72

1 — Visa o presente Projeto, de autoria do ilustre Deputado Jorge Sato, autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação e Cultura, a

criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá, um Curso de Jornalismo.

2 — Sobre a referida matéria já opinou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não há qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1972

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 108-72

I — O presente plano tem por objetivo a criação de um Curso de Jornalismo, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá.

II — Do ponto de vista desta Comissão, o projeto em tela está em condições de ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

Rosário Pitelli — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que proíbe a aquisição de veículos da categoria "LUXO", para o Serviço Público Geral do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 35-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica proibida a aquisição de veículos da categoria "luxo", para o serviço público em geral do Estado.

Art. 2.º — Os veículos de propriedade das entidades da administração pública indireta, de que o Estado participe com a maioria acionária, ficam abrangidos pela proibição do artigo anterior, e deverão identificar-se por meio de inscrições indicativas da entidade a que pertencem.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 28 de março de 1973

a) — **Dep. Antônio Lopes Júnior**

JUSTIFICAÇÃO:

Basta apenas reconhecer que o equipamento administrativo deve corresponder às possibilidades econômicas do contribuinte, que entre nós são infinitamente menores do que a aparatosa pompa de que se reveste nossa administração. A carga tributária é pesada demais para sustentar o luxo dos instrumentos de gestão da coisa pública. Essa a razão justificativa do artigo primeiro.

Quanto ao segundo, pretende-se diminuir os abusos, que o povo assiste revoltado, existentes nos setores da administração indireta. Os veículos, matriculados como particulares, nem sempre estão a serviço dos órgãos semi-públicos, habitualmente conduzindo familiares de administradores, ou ocupados em atividades estranhas a sua real finalidade. Sabe-se que, apesar dos artifícios jurídicos, nesses órgãos o que há é na verdade exclusivamente o dinheiro público, portanto do contribuinte.

Nessas condições, este Poder é competente para fazer chegar até essa esfera a ação fiscalizadora, por meio da norma legal, como um imperativo da representação popular.

É de se reconhecer, no fim de conta, que a pretensão aqui alinhada não pode ferir nem afetar interesses, porquanto decorrem da afirmação dos superiores direitos do povo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 35-73

AUTOR: Dep. Antônio Lopes Júnior

SUMULA: Proíbe a aquisição de veículos da Categoria "luxo", para o serviço público em geral do Estado e dá outras providências.

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, é proibir a aquisição de veículos da categoria "LUXO", para o serviço público em geral do Estado, conforme especifica.

Conforme salienta em brilhante justificativa o autor da proposição, "pretende-se diminuir os abusos, que o povo assiste revoltado", não só com relação à aquisição de veículos da categoria "LUXO", para o serviço público em geral do Estado, bem como a utilização destes veículos "habitualmente conduzindo familiares de administradores, ou ocupados em atividades estranhas à sua real finalidade".

Quanto à sua oportunidade, nada há a contestar.

Quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico que a esta Comissão cabe examinar, nenhum impedimento que se lhe anteponha.

Pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1973

aa) — **Antônio F. F. da Costa** — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Nelson Buffara

Igo Losso

Paulo Camargo

Quielise C. da Silva

Antônio Lopes Júnior

Sebastião Rodrigues

Ivo Tomazoni

Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 35-73

AUTOR: Dep. Antônio Lopes Júnior

SUMULA: Proíbe a aquisição de veículos da Categoria "LUXO", para o serviço público em geral do Estado e dá outras providências.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, o presente Projeto de Lei visa proibir a aquisição de veículos da Categoria Luxo, para o serviço público em geral do Estado e dá outras providências.

Referida Proposição já mereceu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Não havendo implicação de ordem financeira que se lhe anteponha, opina-

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101-73, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que enquadra automaticamente no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma, independente de vagas ou concurso, o Funcionário Público Estadual que, houver realizado com aproveitamento cursos que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 101-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O Funcionário Público Estadual, que houver realizado com aproveitamento, curso técnico, científico ou de aproveitamento administrativo, por iniciativa da administração pública estadual e custeado pelo Estado, que esteja desviado para função correlacionada ao curso, por mais de dois anos, contados da data da diplomação e que não tenha sido realizado concurso público neste período, será automaticamente enquadrado no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma, independente de vagas ou concurso.

Parágrafo 1.º — O Estado ao instituir cursos técnicos, científicos ou de aperfeiçoamento administrativo, obrigatoriamente fará a previa divulgação de número de vagas existentes nas séries de classes em que o funcionário poderá ser enquadrado em razão da especialização que realizar.

Parágrafo 2.º — Os Servidores Públicos Estaduais que tenham sido reprovados em concursos públicos, tudo nos ditames desta Lei, não gozarão do benefício, para a série de classe e concurso referente a sua reprovação.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1973.

a) Dep. Quielise Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

É cada vez maior o número de funcionários públicos estaduais que são levados pela administração a realizar cursos técnicos, científicos ou de aperfeiçoamento administrativo, mediante o acenar esperanças de que, com o aprimoramento de seus conhecimentos, terão condições de acesso a séries de classe melhor remuneradas.

Habitualmente, após a conclusão de cursos e diplomados, são desviados de suas funções, para exercer outras relacionadas com o curso realizado, enquanto aguardam a abertura de concurso para regularizar a nova situação.

Assim, perdura uma situação de todo ilegal, porque o desvio de função, por prazo superior a seis (6) meses, é expressamente proibido pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná.

Inúmeros são os casos de Servidores que, desviados de suas funções, com cursos de especialização concluídos, desempenham, com dedicação e eficiência, atribuições como, por exemplo, de Auxiliares de Saneamento, Agentes Sanitários, Educadores Sanitários, Técnicos de Laboratório, Laboratoristas, Auxiliares de Enfermagem, Atendentes Sanitários e Visitadores Sanitários, Delegados de Polícia, Delegado Adjunto, Comissário, Escrivão de Polícia, Investigador Criminal, Agentes de Segurança, Motorista Policial, e outros, estando a aguardar, alguns até oito anos, a regularização de suas novas situações, sem que o Poder Público atente para a solução do problema.

O presente Plano de Lei objetiva, precisamente, a corrigir as situações existentes e a impedir que outras venham a ocorrer, no futuro, por se tratar de uma flagrante injustiça que se comete contra zelosos funcionários que, muitas vezes, com sacrifício, se abalçaram a realizar cursos de especialização e aperfeiçoamento profissional, na vã esperança de obterem a compensação dos seus esforços, pelo aproveitamento em cargos compatíveis com a sua formação.

Isto constitui não só motivo de desestímulo para os que estão em tal situação, como contribui para que outros Servidores se desinteressem dos cursos de aperfeiçoamento, o que contraria a filosofia hoje dominante no Serviço Público, que busca a profissionalização do Servidor.

Por estas razões, acreditamos que este Projeto de Lei merecerá a aprovação da Casa e, posteriormente, a sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, que tanto empenho tem demonstrado em melhorar a máquina administrativa, através também do aprimoramento técnico de pessoal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 101-73

AUTOR: Deputado Quielise Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Enquadra automaticamente no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma, independente de vagas ou concurso, o funcionário público estadual que, houver realizado com aproveitamento cursos que especifica.

PARECER

O ilustre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, apresenta Projeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão, visando enquadrar automaticamente no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma, independente de vagas ou concurso, o funcionário público estadual que houver realizado com aproveitamento, curso técnico, científico ou de aproveitamento administrativo, por iniciativa da administração pública estadual e custeado pelo Estado, que esteja desviado para função correlacionada ao curso por mais de dois anos, contados da data da diplomação e que não tenha sido realizado concurso público neste período.

A ampla e convincente justificativa do autor da Proposição, nos mostra a necessidade de corrigir as situações existentes de funcionários que, habitualmente, após a conclusão dos cursos especificados e posteriormente diplomados, são desviados de suas funções, para exercer outras relacionadas com o curso realizado, enquanto aguardam a abertura de concurso para regularizar a nova situação.

Além do mais, o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado (Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970), veda expressamente o desvio de função por prazo superior a seis meses, perdurando desta forma uma situação de todo ilegal, desestimulando os servidores que se encontram em tal situação e desencorajando outros para que prestem cursos de aperfeiçoamento, contrariando desta forma a filosofia estabelecida pelo Presidente Médici, ou seja, a profissionalização do servidor público.

Medida de alto alcance e das mais louváveis, nada havendo que possa contestar a sua oportunidade.

Quanto ao aspecto constitucional e legal, a propositura é escoreita.

Face o exposto, opino pelo ACOHIMENTO do Projeto para ulterior trâmite procedimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27-6-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Wilson Fortes — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 101-73

De autoria do ilustre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, o Projeto de Lei ora em exame, visa corrigir na Administração Pública uma situação de ordem funcional, que na douta Comissão de Justiça foi enfocada pelo ilustre relator Dep. Wilson Fortes que concluiu pela sua aprovação dada a sua grande oportunidade.

Sob o aspecto financeiro da matéria, que nos cabe examinar nesta Comissão, não vemos nenhum óbice para a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

João Caill Fadel — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 18-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná — Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altônia, Adrianópolis, Rondon, Barracão, Indianópolis, Cianorte e Sertãoópolis, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17-73 — EX-PROPOSIÇÃO N.º 18-73

1 — A proposição ora em exame de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, origina-se da Mensagem Governamental n.º 3-73, encaminhando a este Poder Legislativo, cópias dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altônia, Adrianópolis, Rondon, Barracão; Indianópolis; Cianorte e Sertãoópolis, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

2 — A matéria consubstanciada no projeto ora em exame já mereceu pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Quanto ao mérito que cabe examinarmos nesta oportunidade, não vemos nada que se lhe possa antepor, razão pela qual somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

Marciano Baranuk — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17-73

Art. 1.º — Fica aprovado os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4-4-1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17-73

PROPOSIÇÃO N.º 18-73

SÚMULA: Mensagem n.º 3-73 do Poder Executivo, encaminhando cópias dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

PARECER

A presente Proposição tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 3-73, submetendo à consideração desta Casa de Leis, os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que determina.

A Doutra Comissão de Constituição e Justiça, exarou parecer favorável ao mesmo.

No que tange ao aspecto financeiro da proposição, que a esta Comissão cabe examinar, nada temos a opor, pelo que opinamos, também, pela sua APROVAÇÃO nos termos do Projeto de Resolução apresentado pela Doutra Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

3/73

Curitiba, 25 de janeiro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altônia, Adrianópolis, Rondon, Barracão, Indianópolis, Cianorte e Sertãoópolis, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado WILTON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Imbituva, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Miguel Pedroso Schroeder, Prefeito Municipal de Imbituva, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 61 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA**Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA**Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Imbituva, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — consertos e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA**Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pelas execuções das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA**Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA**Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA**Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 16 de novembro de 1972
Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Miguel Pedroso Schroeder — Prefeito Municipal de Imbituva
(Ass. ilegível) — Testemunha
(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. JORGE**CONVENIO**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São Jorge, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a estruturação e conservação dos mesmos.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e

dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança, e o Senhor João Sbovopp Filho. Prefeito Municipal de São Jorge, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a Autorização Governamental de 21-VII-72, publicado no Diário Oficial n.º 102-72 resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos. Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado — Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual—Artigo 55), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da Administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia da Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicações;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de São Jorge, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos da vigência deste convênio e compreendidos na descrição numérica do item "b" artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada, a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelho de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza, de conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Atribuição e Delegação

As atribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio, processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 25 de novembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança
João Sbovopp Filho — Prefeito Municipal de São Jorge
(Ass. ilegível) — Testemunha
(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Altônia, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Senhor Secretário de Segurança Pública, presente o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Antonio de Castro Lima, Prefeito Municipal de Altônia, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.07.1972,

resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL — (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Altônia, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgão componentes locais;

II — pneus e complementos revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filme, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicas, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionado prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 27 de setembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Antonio de Castro Lima — Prefeito Municipal de Altônia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

CONVENIO

Convênio que celebram, entre si de um lado o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário dos Negócios de Segurança Pública, Gal. Mário Carneiro Portes, e de outro lado o Município de Adrianópolis, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Loizel R. Bittencourt, com a finalidade de auxílio a Delegacia de Polícia desta cidade, para manutenção de viatura policial, compra de peças, combustíveis e reparos gerais e ajuda de custo ao Encarregado do Serviço de Rádio, a fim de ser dado a implantação de um sistema eficiente, preventivo e repressivo, na forma e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — A Prefeitura Municipal de Adrianópolis, consoante a previsão e autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 17, de 18 de agosto de 1972, uma verba de Cr\$ 4.000,00 (Quatro mil cruzeiros), para o exercício de 1972, como ajuda de custo e auxílio a manutenção de viatura existente na Delegacia de Polícia desta cidade, bem como ao Encarregado do Serviço de Rádio da referida Delegacia de Polícia, que será liberada dentro da programação financeira do Município.

CLAUSULA SEGUNDA: — A Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Civil, dotará o serviço em objeto, do pessoal necessário ao funcionamento Judicial e repressivo para execução da atividade policial, estabelecida neste Convênio, no próprio município de Adrianópolis.

CLAUSULA TERCEIRA — Incumbirá a Secretaria de Segurança Pública, o fornecimento de material permanente ao funcionamento administrativo do órgão.

CLAUSULA QUARTA: — Veículos, equipamentos e pessoal não poderão por nenhuma das partes, ser usados em outro mister u setor, senã naquele indicado no preâmbulo deste instrumento ou seja de auxiliar a polícia.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Adrianópolis, 25 de setembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Loizel R. Bittencourt

— Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através de Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Rondon, com a finalidade do trazer normas de mútua cooperação tendente do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos cinco (05) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Alcindo Sisti, Prefeito Municipal de Rondon — Pr., tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1943) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.7.72, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos naturais à Delegacia da Polícia e decorrentes providências da manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56) nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, da apuração das infrações penais e contravencionais e manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Rondon, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestas incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, de Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução o controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 5 de setembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Alcindo Sisti — Prefeito Municipal de Rondon

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Barracão, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Andrea Guareschi, Prefeito Municipal de Barracão, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.07.1972, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA: — Definições e legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de Novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Barracão, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes a houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 26 de setembro de 1972.

Mário Carneiro Portes
Secretário da Segurança Pública
(Assinatura Ilegível)
Prefeito Municipal de Barracão

Termos de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Indianópolis, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos cinco (5) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948)

Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor Waldemar Trevisan, Prefeito Municipal de Indianópolis-Pr., tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-72, resolverem, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, da apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Indianópolis, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 6 de setembro de 1972.

Mário Carneiro Portes
Secretário da Segurança Pública
Waldemar Trevisan
Prefeito Municipal de Indianópolis

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Cianorte, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor (Assinatura Ilegível), Prefeito Municipal de Cianorte — Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117, da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-1972, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil

aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Cianorte, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 25 de outubro de 1.972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

(Assinatura Ilegível)

Prefeito Municipal de Cianorte

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

TERMO DE CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Sertãoópolis, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de mil, novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Mário Zanetta, Prefeito Municipal de Sertãoópolis, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117, da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1.962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação

da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Sertãoópolis, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 30 de outubro de 1.972

Mário Carneiro Portes

Secretário da Segurança Pública

Mário Zanetta

Prefeito Municipal de Sertãoópolis

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

Comissão de Constituição e Justiça

PROPOSIÇÃO N. 18-73

SUMULA: Aprova os Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altonia, Adrianópolis, Rondon; Barracão Indianópolis; Cianorte e Sertãoópolis, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental sob n. 3-73, a presente Proposição tem por objetivo aprovar os Termos dos Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altonia, Adrianópolis; Rondon; Barracão; Indianópolis, Cianorte e Sertãoópolis objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Destarte, a proposição é escorreita tanto formal como jurídica e constitucional, visando estabelecer normas de mútua cooperação.

Opinamos pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 4.4.1973.

as. ilegível — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 18-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 19-73, que aprova Convenios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaucha, Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.F. e C.P. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

Comissão de Polícia

Projeto de Resolução n.º 18-73

SUMULA: Aprova os Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Marilena, em 04 de dezembro de 1972, de Lobato, em 20 de dezembro de 1972, de Cidade

Gaúcha, em 27 de dezembro de 1972, de Alvorada do Sul em 08 de janeiro de 1973 e de Marechal Cândido Rondon, em 29 de novembro de 1972.

PARECER

O desiderato do Projeto de Resolução, ora em exame por esta Comissão, é aprovar os termos dos Convenios firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Marilena, em 04 de dezembro de 1972, de Lobato em 20 de dezembro de 1972, de Cidade Gaúcha em 27 de dezembro de 1972, de Alvorada do Sul, em 08 de janeiro de 1973, e de Marechal Cândido Rondon, em 29 de novembro de 1972.

Já opinaram favoravelmente à aprovação do Projeto as Doulas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Sendo evidente o interesse da Administração para a aprovação dos referidos Convenios que irá fornecer equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotação e verbas que especifica, e não havendo nenhum obstáculo que se lhe anteponha no âmbito desta Comissão, opino pela Aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 18-73

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Marilena, em 04 de dezembro de 1972, de Lobato, em 20 de dezembro de 1972, de Cidade Gaúcha em 27 de dezembro de 1972, de Alvorada do Sul, em 08 de janeiro de 1973, e de Marechal Cândido Rondon, em 29 de novembro de 1972, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

as. ilegível — Presidente

Quielise Crisóstomo da Silva — Relator

Comissão de Finanças

SUMULA: — Ex-Proposição 19-73 — Projeto de Resolução n. 18-73. Aprova convenios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaúcha, Alvorada do Sul e Marechal Rondon, para fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, e dá outras providências.

PARECER

1. A ex-proposição 19-73, capeada por Mensagem Governamental e atual Projeto de Resolução n.º 18-73, trata da aprovação pelo Poder Legislativo de convenios firmados entre o Estado do Paraná (Convênio) através da Secretaria de Segurança Pública, com os municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaúcha, Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica.

2. Respalçada pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo iniciativa de proposições que interfiram na execução orçamentária e sendo evidente o interesse administrativo e social dos convenios cuja anuência é solicitada à Assembléia Legislativa, não há como negar-se aprovação à mesma, que está em condições de ser votada e aprovada.

Pela aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1973.

as. ilegível — Presidente

João C. Fadel — Relator

.. MENSAGEM 4-73

Curitiba, 8 de fevereiro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaúcha, Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

Térmo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Marilena, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Prefeito, presentes o senhor Gen. Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ernesto Mazzotti, Prefeito Municipal de Marilena, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.07.72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visam a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: — Definições e legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código do Processo Penal ou Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução de Convenios:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Marilena, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento do combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixou, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública, (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através do ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convenio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais.

Marilena, 04 de dezembro de 1972.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

ERNESTO MAZZOTTI

as. ilegível — Testemunha

as. ilegível — Testemunha

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Lobato, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 20 (vinte) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor João do Souto Mello, Prefeito Municipal de Lobato, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.VIII.72 resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visam a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: — Definições e legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código do Processo Penal ou Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução de Convenios:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local dos recursos materiais, consubstan-

ciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Lobato, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento do combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública, (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 20 de dezembro de 1972.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

JOÃO DO SOUTO MELLO — Prefeito Municipal de Lobato

as. ilegível — Testemunhas

as. ilegível — Testemunhas

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Cidade Gaucha, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos (27) vinte e sete dias do mês de novembro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Coronel Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Moacir Motta, Prefeito Municipal de Cidade Gaucha, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.VII.72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia, e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no ensino da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — da Execução de Convenios:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrito à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Cidade Gaucha, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio

e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de imolumentos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — consertos e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos locados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba 27 de novembro de 1972

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

MOACIR MOTTA — Prefeito Municipal de Cidade Gaucha

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DO SUL

C O N V E N I O

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos oito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Jayme Alves, Prefeito Municipal de Alvorada do Sul, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21.07.72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de Convênio estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento de Capital) e de verbas de Custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, substanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste Convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste Convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior.

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividades dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste Convênio processar-se-ão, na forma da Legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do Setor da estrutura orgânica Municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado a outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA

Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 08 de janeiro de 1973

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

JAYME ALVES — Prefeito Municipal de Alvorada do Sul

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

TERMO DE CONVÊNIO que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (PR), com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Alniro Zameermann, Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (04 de 21.02.1947) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72 resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual n.º 9.949 de 13 de novembro de 1968 tem os recursos, digo, os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículo policial, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados da Polícia;

c) — a não empregar o veículo que haja sido objeto deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhido por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, em contra-partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 29 de novembro de 1972.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

ALNIRO ZAMEERMANN — Prefeito Municipal de Mal. Cândido Rondon

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

PARECER A PROPOSICAO N.º 19-72

I — A Mensagem 4-73, do Governo do Estado, transformada nesta Proposição em exame, solicita autorização da Casa para os Convênios que o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública, celebrou com os Municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaúcha, Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do Funrespol e de verbas dos orçamentos dos respectivos municípios.

II — A Proposição é perfeitamente legal e constitucional estando, portanto, em condições de ser aprovada, nos termos do Projeto de Resolução, em anexo.

E o parecer sub-censura

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Quielso Crisóstomo da Silva — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 153-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Maurício Fruet e Iris Caldart, lido da Tribuna solicitando voto de regozijo pela passagem, no próximo dia 11 do corrente, do 42.º aniversário de fundação do Centro Acadêmico Hugo Simas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Maurício Fruet e Iris Caldart, lido da Tribuna, solicitando voto de regozijo pela passagem, no próximo dia 11 do corrente do 146.º aniversário de fundação dos cursos jurídicos no País. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, lido da Tribuna, solicitando seja enviado Telegrama ao Presidente da Câmara Municipal de Londrina e ao Ministro da Aeronáutica, visando uma recuperação no Aeroporto, que permita ao mesmo, ter o aproveitamento que a região necessita. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente solicitando seja enviado expediente aos responsáveis pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de que sejam tomadas providências, visando evitar o extravio de correspondências enviadas para o interior do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando votos de congratulações ao Coritiba Futebol Club, pela brilhante campanha que acaba de efetuar ao sagrar-se Tri-Campeão Paranaense de Futebol. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações e de júbilo pela passagem do 18.º aniversário de fundação do município de Goioerê. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando diversas melhorias para Santa Felicidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do aniversário da Polícia Militar do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, a título de sugestão, no sentido de que a estrada BR-487 seja iniciada o mais rápido possível e tendo o início da construção, partindo do Pontal do Tigre a Umuarama. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, às 10.00 horas para eleição do Governador do Estado e Vice-Governador do Estado, e outra Sessão para segunda-feira, dia 13, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 50-73, 107-73, 110-73 e 113-73.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 108-72, 35-73, 101-73 e de Resolução n.ºs 17-73 e 18-73.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 264-68, 195-71 e de Resolução n.ºs 24-73, 31-73 e 32-73.

Levanta-se a Sessão.

SISTEMA FINANCEIRO

A T I V O

20 ATIVO FINANCEIRO

201 DISPONÍVEL

201.101	Tesouraria			3.315.640,99	3.315.640,99
---------	------------------	--	--	--------------	--------------

202 EXECUÇÃO DA DESPESA

202.1 CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES

202.11 DESPESAS DE CUSTEIO

202.111 PESSOAL CIVIL

202.111.1	Vencimentos e Vantagens Fixas	7.027.687,12			
-----------	-------------------------------------	--------------	--	--	--

202.111.2	Despesas Variáveis com o Pessoal	3.669.295,94	10.696.983,06		
-----------	--	--------------	---------------	--	--

202.112	Material de Consumo		237.678,85		
---------	---------------------------	--	------------	--	--

202.113	Serviços de Terceiros		573.626,29		
---------	-----------------------------	--	------------	--	--

202.114	Encargos Diversos		676.970,76		
---------	-------------------------	--	------------	--	--

202.115	Despesas de Exercícios Anteriores		10.870,00		
---------	---	--	-----------	--	--

202.121	Subvenções Sociais		2.249.660,00		
---------	--------------------------	--	--------------	--	--

202.122 TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

202.122.1	Inativos	1.152.271,59			
-----------	----------------	--------------	--	--	--

202.122.2	Pensionistas	114.625,14			
-----------	--------------------	------------	--	--	--

202.122.3	Salário Família	138.607,80	1.405.504,53		
-----------	-----------------------	------------	--------------	--	--

202.131	Equipamentos e Instalações		160.915,36		
---------	----------------------------------	--	------------	--	--

202.132	Material Permanente		42.605,15	16.054.814,00	16.054.814,00
---------	---------------------------	--	-----------	---------------	---------------

S O M A D O A T I V O					19.370.454,99
-----------------------------	--	--	--	--	---------------

P A S S I V O

21 PASSIVO FINANCEIRO

211 LIBERAÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA

211.101	Vencimentos e Vantagens Fixas		7.083.000,00		
---------	-------------------------------------	--	--------------	--	--

211.102	Despesas Variáveis com o Pessoal		3.718.000,00		
---------	--	--	--------------	--	--

211.103	Inativos		1.174.000,00		
---------	----------------	--	--------------	--	--

211.104	Pensionistas		136.000,00		
---------	--------------------	--	------------	--	--

211.105	Salário Família		145.000,00		
---------	-----------------------	--	------------	--	--

211.201	Material de Consumo		215.000,00		
---------	---------------------------	--	------------	--	--

211.202	Serviços de Terceiros		505.000,00		
---------	-----------------------------	--	------------	--	--

211.203	Encargos Diversos		565.000,00		
---------	-------------------------	--	------------	--	--

211.204	Despesas de Exercícios Anteriores		30.000,00		
---------	---	--	-----------	--	--

211.205	Subvenções Sociais		1.910.000,00		
---------	--------------------------	--	--------------	--	--

211.206	Equipamentos e Instalações		145.000,00		
---------	----------------------------------	--	------------	--	--

211.207	Material Permanente		50.000,00	15.676.000,00	
---------	---------------------------	--	-----------	---------------	--

212 DESPESAS EMPENHADAS

212.101 GABINETES

Passagens, Transporte de Pessoas e suas Bagagens	141.940,67			
--	------------	--	--	--

Serviço de Alimentação	21.184,60			
------------------------------	-----------	--	--	--

Representação, Festividades, etc... ..	291.822,71			
--	------------	--	--	--

Instituições Educativas e Culturais	42.208,00			
---	-----------	--	--	--

Instituições de Assistência Social	54.290,00			
--	-----------	--	--	--

Instituições de Saúde Pública	60.970,00			
-------------------------------------	-----------	--	--	--

Assistência Social	71.535,66			
--------------------------	-----------	--	--	--

Credores Diversos	316.509,49	1.000.461,13	1.000.461,13	
-------------------------	------------	--------------	--------------	--

213 DESPESAS PROCESSADAS

213.101	Credores por Despesas Processadas		43.580,32		
---------	---	--	-----------	--	--

213.2 FOLHAS DE PAGAMENTO

213.201	Janeiro	1.995,07			
---------	---------------	----------	--	--	--

213.202	Fevereiro	178,00			
---------	-----------------	--------	--	--	--

213.203	Março	356,00			
---------	-------------	--------	--	--	--

213.204	Abril	1.616,93			
---------	-------------	----------	--	--	--

213.205	Maio	596,00			
---------	------------	--------	--	--	--

213.206	Junho	1.513,00			
---------	-------------	----------	--	--	--

213.207	Julho	718.956,07	725.211,07		
---------	-------------	------------	------------	--	--

213.3 RESTITUIÇÕES

213.301	Vencimentos não Reclamados	267,00			
---------	----------------------------------	--------	--	--	--

213.302	Vencimentos Retidos	8.368,73	8.635,73	777.427,12	
---------	---------------------------	----------	----------	------------	--

215 CONTAS PENDENTES

215.201	Outras Contas Pendentes		67.544,31		
---------	-------------------------------	--	-----------	--	--

215.301	Restituições de Vencimentos		1.025,80		
---------	-----------------------------------	--	----------	--	--

215.302	Restituições de Pagamento		1.995,79	70.565,90	
---------	---------------------------------	--	----------	-----------	--

216.1 RESTOS A PAGAR

216.101	Restos a Pagar Empenhados 1971	916.228,90		17.524.454,15	
---------	--------------------------------------	------------	--	---------------	--

216.102	Restos a Pagar Empenhados 1972	925.315,26	1.841.544,16		
---------	--------------------------------------	------------	--------------	--	--

216.2 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

216.201	Restos a Pagar Processados 1971	985,44			
---------	---------------------------------------	--------	--	--	--

216.202	Restos a Pagar Processados 1972	3.471,24	4.456,68	1.846.000,84	19.370.454,99
---------	---------------------------------------	----------	----------	--------------	---------------

S O M A D O P A S S I V O					19.370.454,99
---------------------------------	--	--	--	--	---------------

AIMORÉ OD ROCHA
Contador Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Chefe Secção de Contabilidade

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 31 de julho de 1.973

JOSE POULO ORTH
Chefe Divisão de Contabilidade

V I S T O :
RONALDO BAPTISTA
Diretor do D.F.C.P.